

Agricultura a Tempo Parcial e Multifuncionalidade do Rural: Novas Perspectivas para o Desenvolvimento Rural?

Aida Valadas de Lima
ISCTE/ICS-UL, Lisboa
aida.valadas@ics.ul.pt

Introdução

Os espaços rurais em Portugal confrontam-se hoje com vários problemas que importa mitigar de entre os quais se destacam: uma agricultura não competitiva; o despovoamento, os processos de desertificação e os fogos florestais.

A tardia integração da agricultura portuguesa no modelo da PAC contribuiu, entre outros factores, para a manutenção e relativa importância de práticas agrícolas tradicionais e/ou extensivas e de uma agricultura a tempo parcial ou pluriactiva. Estas práticas agrícolas e respectivos contextos sociais e culturais assumem, hoje – no quadro das Reformas da PAC – algumas vantagens comparativas. De facto, tais práticas podem contribuir para evitar rupturas nos ainda existentes equilíbrios entre actividade agrícola e ambiente rural, bem como virem a constituir uma componente do processo de diversificação económica das áreas rurais.

É nosso objectivo discutir a possível articulação entre multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento rural. Mais precisamente, é nosso propósito analisar o papel da agricultura – de específicas práticas agrícolas, mais exactamente – na manutenção e conservação do ambiente rural e, por essa via, no processo de revalorização do rural nas sociedades modernas.

O Conceito de Multifuncionalidade da Agricultura e do Rural

A inclusão da noção de multifuncionalidade na filosofia das sucessivas Reformas da PAC e na Política Europeia de Desenvolvimento Rural suscita várias questões que urge problematizar.

Em primeiro lugar, a noção aponta para a diversificação económica da agricultura e dos territórios rurais, baseada na valorização dos seus recursos materiais e imateriais. Os recursos imateriais são constituídos, essencialmente, pelo ambiente rural, a paisagem agrícola e o património cultural. Esses recursos são, hoje, alvo de uma crescente procura pela sociedade, designadamente por parte de uma classe média alta.

Em segundo lugar, o preenchimento de funções sociais não materiais por parte da agricultura e do espaço rural – as designadas “novas” funções da agricultura e do rural – conduz-nos a ter em mente duas questões que estão claramente associadas a uma abordagem sociológica dos processos de desenvolvimento. Estas são: a) O que é que a sociedade pretende dos e para os seus espaços rurais? b) Como pode o Estado criar condições para pôr em prática todas as presumíveis vantagens provenientes da designada multifuncionalidade agrícola e rural, de molde a que a mesma se traduza numa revalorização social e económica do rural e da ruralidade?

A OCDE, em 2000, define a multifuncionalidade da agricultura como “a existência de múltiplos *outputs* mercantis e não mercantis que são conjuntamente produzidos pela agricultura” (Laurent, 2000).

Uma das questões centrais que a problemática da multifuncionalidade agrícola levanta, quando discutida do ponto de vista do desenvolvimento rural, é, efectivamente, a da integração das explorações agrícolas numa estratégia coerente de maximização dos recursos locais. A promoção da multifuncionalidade agrícola concorre para que o espaço rural possa vir a preencher “novas” funções – lazer, amenidades ambientais, gestão da paisagem, contribuição para o ordenamento e gestão do território, entre outras - e, por essa via, vir a contribuir para revalorizar quer a imagem do território rural, quer a imagem da própria agricultura.

Estas duas questões são de particular importância para a emergência de um contexto social favorável à promoção das bases necessárias a um desenvolvimento rural sustentável quer no que respeita à actuação da população local, quer no que respeita à dos “consumidores urbanos” do rural e da ruralidade.

O desenvolvimento rural sustentável, como é sabido, implica a articulação entre as várias dimensões da sustentabilidade: a sustentabilidade económica, social, ambiental e institucional (a dimensão do exercício da cidadania e da governação, por parte de todos os actores sociais implicados nos processos de desenvolvimento) e carece, numa primeira fase, de apoio e incentivos por parte das políticas públicas. Estas, por sua vez,

devem ser pensadas no contexto de uma estratégia global de desenvolvimento rural que contemple a agricultura. Os impactos da produção agrícola sobre o ambiente podem, então, ser geridos e controlados quer em regiões onde a agricultura intensiva tem sido determinante, quer nas regiões onde se verifica um crescente processo de despovoamento e de desertificação física.

À agricultura, desde, *grosso modo*, a Reforma da PAC de 1992, tem vindo a reconhecer-se, explicitamente, a importante tarefa de preencher novas funções e necessidades sociais e ambientais. Um novo paradigma emerge: a agricultura deve caminhar no sentido da sua transição para uma agricultura sustentável e, a partir da integração das suas múltiplas funções económicas, sociais e ambientais, vir a constituir uma importante contribuição para o desenvolvimento rural sustentável. Daí que a análise e discussão em torno do potencial contributo da agricultura multifuncional para o desenvolvimento agrícola e rural sustentáveis, se revistam de primordial importância. A conjugação e diversificação de actividades protagonizadas pelo sector agrícola não constituem uma novidade em si mesmas. De facto, antes do predomínio da agricultura capitalizada ou industrializada, muitos agricultores (mais precisamente muitos camponeses) conjugavam a actividade desenvolvida nas suas explorações agrícolas com um conjunto de outras actividades – venda directa dos seus produtos, transformação dos próprios produtos, produção de bens artesanais.

A partir da primeira Reforma da PAC, a temática da diversificação e preenchimento de outras funções – que não fundamentalmente as económicas - por parte da agricultura, inicia o seu percurso, reforçando-se através das sucessivas reformas da Reforma de 1992 e instituindo-se como uma das temáticas centrais quer em termos do discurso da UE, quer em termos da tentativa de adopção de um conjunto de outro e diferente tipo de políticas para o sector. É interessante referir a este propósito que o sector da agricultura a tempo parcial, até aí considerado como um “concorrente desleal” da agricultura moderna, surge, então, como podendo apresentar um conjunto de vantagens no que respeita à mitigação de alguns dos problemas resultantes do imenso “sucesso” da PAC. As razões para tal discurso e guia de condução de políticas são hoje bem conhecidas e variam desde as de ordem económica (o problema dos excedentes agrícolas) até às de ordem ambiental. A novidade, hoje, reside, então, no tipo de procura social que as sociedades contemporâneas exercem sobre a agricultura e sobre o espaço rural. Esta procura social traduz-se, de forma algo esquemática, na procura da conservação da

natureza, da paisagem e do ambiente, para efeitos de lazer por parte dos cidadãos, para o que se torna necessário manter um certo número de agricultores, como, explicitamente a Política de Desenvolvimento Rural da EU reconhece, designadamente quando se refere à importância da prática de uma agricultura com características multifuncionais.

Agricultura a Tempo Parcial e Multifuncionalidade do Rural

A importância, em Portugal, do sector da agricultura a tempo parcial ou da agricultura de pluriactividade, ainda que esta assuma variegadas modalidades económicas e sociais, justifica, cremos, que o analisemos - tomando uma definição abrangente da actual noção de multifuncionalidade - à luz do seu potencial para vir a protagonizar um processo conducente ao desenvolvimento rural sustentável. De facto, a agricultura de pluriactividade, bem como, ainda, a manutenção de práticas agrícolas tradicionais ou extensivas ou a emergência de práticas agrícolas resultantes da reconversão da agricultura intensiva – com o apoio, designadamente, das medidas agro-ambientais resultantes da primeira Reforma da PAC – constituem-se enquanto sectores capazes de vir a contribuir para a concretização da prática da multifuncionalidade agrícola e da protecção do ambiente rural.

A análise dos impactes económicos, sociais e ambientais do exercício da multifuncionalidade da agricultura reclama que se adopte uma perspectiva sociológica, com vista a caracterizar os actores sociais que protagonizam tais práticas, bem como a proceder à avaliação dos seus resultados. Tal análise permitir-nos-á, ainda, aferir da eficácia da política da UE – e da eficácia da sua tradução em Portugal – em matéria de multifuncionalidade agrícola e rural, tomada esta enquanto um dos pilares do desenvolvimento rural sustentável.

Nos países da Europa do Sul, onde o desenvolvimento do sector agrícola seguiu um padrão diferente *vis-à-vis* o dos outros países europeus, a diversificação do sector agrícola, quer no seu interior, quer fora dele – através do exercício de outras actividades que não agrícolas - permite pensar a multifuncionalidade da agricultura enquanto via potencial para o desenvolvimento sustentável da mesma. É o caso em Portugal onde esta questão se assume como particularmente relevante. De facto, a manutenção de uma agricultura tradicional e extensiva, por exemplo, pode contribuir para a preservação do ambiente rural, constituindo-se, assim – no actual contexto económico e ambiental -

numa vantagem comparativa por relação com uma boa parte das agriculturas do Norte da Europa.

A discussão do potencial e limites que uma agricultura praticada numa base multifuncional apresenta no contexto da implementação de um desenvolvimento rural sustentável, é, no caso português, uma questão crucial. Por outras palavras, o debate sobre as modalidades de agricultura que permitirão ao país transformar o designado tradicional imobilismo do rural num laboratório de inovação social, designadamente através da maximização económica, social e ambiental de práticas agrícolas multifuncionais, é uma questão central.

Deve, todavia, insistir-se que a prática de uma agricultura multifuncional não é a única forma de promover um desenvolvimento agrícola sustentável. De facto, o processo designado por processo de modernização ecológica da agricultura constitui igualmente um meio frutuoso para, em certas regiões e em certas condições, se vir a atingir um verdadeiro desenvolvimento sustentável e sustentado do sector agrícola e, por essa via, um desenvolvimento rural sustentável.

Como é conhecido, as disparidades regionais da agricultura portuguesa, nos últimos trinta anos, acentuaram-se. Em 1960, existiam 800 000 explorações agrícolas.. Nos finais de 1970, totalizavam 900 000. Destas, mais de dois terços eram constituídas por muito pequenas explorações (Cordovil, 1984). De acordo com o INE, entre 1979 e 1989, as pequenas explorações revelaram, contudo, uma flexibilidade renovada, expandindo-se por todo o país, enquanto que as explorações de média dimensão apresentaram maior instabilidade. A importância e estabilidade da agricultura a tempo parcial e o seu papel na manutenção do equilíbrio da sociedade rural foram, então, largamente documentadas (Cordovil, 1984; Lima, 1990). A agricultura a tempo parcial representava, em 1979, cerca de 50% do número total de explorações agrícolas e cerca de 32.1% da área total (Lima, 1991) As pequenas explorações do Norte do país sobreviviam graças à combinação da produção agrícola com outras fontes de rendimento complementares, muitas delas provenientes do exercício da pluriactividade. É neste contexto de evolução do sector agrícola que as medidas agro-ambientais, provenientes da Reforma da PAC de 1992, são introduzidas, em 1994, em Portugal. Dada a especificidade das então formas dominantes de produção agrícola, o objectivo primeiro da “tradução” nacional destas medidas foi o de contribuir para a manutenção das existentes formas tradicionais e extensivas de produção. A relação entre agricultura

e ambiente foi, assim, mediada por essas formas de produção dominantes (Patrício e Lima, 2002).

Fornecido este breve enquadramento da evolução da agricultura portuguesa, vamos reter a importância e o contexto da agricultura de pluriactividade nos vários territórios rurais portugueses, com o objectivo de discutir e problematizar, agora, as potencialidades das suas diferentes modalidades para o desenvolvimento rural sustentável e sustentado. Algumas destas formas de agricultura de pluriactividade apontam já claramente para uma conjugação menos “tradicional”, por assim dizer, de actividades – agricultura/trabalho assalariado na indústria, agricultura/trabalho assalariado na agricultura – e, por sua vez, configuram “novas” formas de articulação entre a prática da actividade agrícola e outras actividades. Estas podem ser, entre outras, a manutenção de algumas paisagens específicas e importantes, a preservação do ambiente, a preservação de ecossistemas agrários e da biodiversidade, a actividade turística e usos residenciais em espaço rural, a gestão e o ordenamento do território, a produção de energias renováveis.

Começaremos por apresentar uma breve quantificação do sector da agricultura a tempo parcial em Portugal. Os dados são os fornecidos pelos Recenseamentos Gerais da Agricultura de 1989 e 1999. Posteriormente, ensaiaremos discutir, com base na evolução da expressão demográfica e económica deste sector de actividade agrícola, as potencialidades que ele pode vir a apresentar, através, designadamente, da sua contribuição para um desenvolvimento rural sustentável, ainda que se trate – ou exactamente porque se trata – de sector económica e socialmente heterogéneo.

No actual contexto, inaugurado pela primeira Reforma da PAC e, aparentemente, reforçado pelas suas sucessivas e subseqüentes reformas, a agricultura a tempo parcial parece granjear um novo estatuto social e económico, designadamente na sua articulação com o preenchimento das já designadas novas funções sociais do rural nas sociedades modernas.

As práticas agrícolas a tempo parcial que combinam a prática da agricultura com actividades económicas ligadas ao lazer, recreação e preservação da natureza, configuram, de facto, cada vez mais, situações que podem vir a contribuir para valorizar os recursos territoriais do rural e, por essa via, vir a contribuir para implementar um desenvolvimento rural sustentável.

Em termos empíricos, o nosso objecto de quantificação e análise é constituído pelas situações em que o chefe da exploração agrícola e/ou outros membros da família exercem uma outra actividade extra agrícola, para além da desenvolvida na exploração. Em 1979, 44% do número total das explorações agrícolas familiares encontrava-se nesta situação; em 1989, estas explorações representavam já 79% do total; em 1999, o número de explorações agrícolas a tempo parcial aumentou, passando a representar 84% do total. Em síntese, de 1989 a 1999, constata-se que o número total de explorações agrícolas diminuiu, ao mesmo tempo que o número total de explorações a tempo parcial aumentou, diminuindo, todavia, o tempo total de trabalho dispendido na exploração agrícola por parte do chefe da exploração e/ou dos outros membros da família, sobretudo por parte destes últimos (Lima e Zuber, 2005). A sua expressão regional e respectivas modalidades apresentam, todavia, acentuadas disparidades. É no Norte do país que se encontra maior número de agricultores a tempo parcial cuja fonte principal do rendimento total da família provém do trabalho na exploração agrícola.

Numa anterior pesquisa sobre a agricultura a tempo parcial em Portugal (Lima e Zuber, 2005) tínhamos apontado para a necessidade de explorar os diferentes significados económicos e sociais deste tipo de práticas agrícolas. Esta questão assume hoje uma importância renovada, por assim dizer, no contexto da discussão em torno da possibilidade destas práticas virem a enformar diferentes e consistentes modalidades de multifuncionalidade agrícola. A necessidade de, e a urgência em, analisar as diferentes dimensões teóricas e operativas da noção de multifuncionalidade, bem como do seu significado sociológico, prefiguram-se, então, enquanto questões chave para que se possa encetar uma discussão séria – porque teórica e metodologicamente informada – sobre as suas virtualidades e os seus limites.

Sem este esforço analítico, insista-se, não será possível chegar a uma conclusão sobre o modo como os agricultores europeus estão a encarar e a interpretar as directrizes e políticas europeias no que concerne à multifuncionalidade da agricultura.

No contexto desta comunicação, discutiremos, apenas, a expressão, a nível nacional, das situações de conjugação da actividade agrícola com as designadas “novas” outras actividades. A emergência deste tipo de situações de agricultura a tempo parcial ou de pluriactividade é, de certa forma, o resultado de uma política pública de incentivos à multifuncionalidade? Ou será que estas situações são, sobretudo, a resultante de um aproveitamento, por parte dos agricultores, das novas oportunidades de diversificação

da sua actividade, resultantes das novas procuras sociais que impendem sobre o espaço rural e, em particular, sobre certas práticas agrícolas? A resposta a estas questões e, sobretudo, à existência ou não de articulação entre ambas é, porventura, uma das vias mais profícuas para aferir, num primeiro momento, do potencial actual e, portanto, também, em certa medida, futuro dos protagonistas de tais práticas, e das potencialidades da agricultura a tempo parcial no que respeita à sua contribuição para a concretização consistente de uma estratégia de multifuncionalidade agrícola.

Os dados oficiais disponíveis permitem-nos, apenas, encetar uma primeira discussão sobre a complexa questão da multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural. Em Portugal, a agricultura a tempo parcial associada ao preenchimento de novas procuras sociais tem ainda uma expressão muito incipiente, mas constitui terreno de novas oportunidades e, sobretudo, a carecer de estudo e pesquisa por parte das ciências sociais. De facto, em 1999, o número total de explorações agrícolas que conjugavam a prática da actividade agrícola com o preenchimento dessas novas procuras sociais representava, apenas, cerca de 10% do total das explorações agrícolas familiares. As explorações que conjugavam a actividade agrícola com a actividade de turismo rural e outras actividades com ela relacionadas eram em número de 444; as que conjugavam trabalho agrícola com actividades artesanais eram 369; as que conjugavam a prática da agricultura com a transformação dos seus próprios produtos eram 13 476; as que produziam também energias renováveis eram, apenas, 24. Deve, contudo, assinalar-se que este sector da agricultura a tempo parcial estará sub representado nas estatísticas oficiais. O número de casos em situações de economia paralela ou subterrânea é, por certo, muito expressivo. Acresce que os dados que trabalhámos se reportam a 1999.

Algumas Conclusões

As questões que pretendemos discutir foram, no essencial:

- a) A contribuição da agricultura a tempo parcial para a multifuncionalidade da agricultura e do rural, através do preenchimento das suas várias funções económicas, sociais e ambientais.

Tentámos discutir esta questão quer em termos teóricos, quer em termos empíricos. Só o aprofundamento da pesquisa empírica sobre esta problemática, nos permitirá explorar a análise da consistência e do futuro do sector da agricultura a tempo parcial enquanto

sector capaz de protagonizar um processo de inovação económica e social, que torne possível e viável um percurso conducente a um desenvolvimento rural sustentável, protegendo o ambiente e garantindo à população rural novas fontes sustentadas de rendimento;

- b) O novo paradigma do desenvolvimento agrícola e rural - o designado desenvolvimento sustentável - e o papel que a multifuncionalidade da agricultura pode vir a desempenhar na sua concretização.

Para lograr atingir um processo de desenvolvimento sustentável é, então, necessário contemplar uma abordagem holística e integrada que inclua uma “tradução nacional” das directrizes da UE em matéria de políticas de desenvolvimento rural. Uma “tradução” que tenha presentes, não só, as características e condições particulares de cada país, como, se venha a munir, ainda, dos instrumentos com os quais a população rural possa vir a participar na discussão do seu futuro, questão que contemplará a inclusão do que designamos atrás por dimensão institucional ou de governação, dimensão indispensável à prossecução da sustentabilidade.

No caso português, como vimos, afigura-se necessário estudar a diversificação regional das práticas de agricultura multifuncional, procurando captar as suas variadas lógicas económicas e sociais. Complementarmente a este estudo, há, ainda, que analisar se as políticas nacionais integram ou não estas novas modalidades de agricultura de pluriactividade, e, a forma como - no caso de as integrarem - as estimulam e as enquadram numa estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Uma tal estratégia implicará pôr em prática uma política regional e sectorialmente diferenciada de apoios e incentivos, com o objectivo de concorrer para que os principais problemas económicos, sociais e ambientais imputados e imputáveis à agricultura e ao não desenvolvimento sustentável e sustentado dos espaços rurais, não permaneçam por resolver ou, mesmo, se venham a agravar.

Estamos, hoje, perante uma “ruralidade transformada” relativamente à qual uma parte considerável do sector da agricultura a tempo parcial, pode vir a constituir uma via potencial para a manutenção ou, mesmo, para a expansão, através do preenchimento das designadas “novas” funções sociais e ambientais, de práticas agrícolas consentâneas com a crescente e diversificada procura social que, no actual contexto social e ambiental, incide sobre os espaços rurais pós industriais. Tais práticas, ao concorrerem

para o exercício da multifuncionalidade da agricultura, contribuirão, por certo, para a concretização de um desenvolvimento rural sustentável.

Bibliografia

Cordovil, Francisco Cabral (1984), “Transformações da estrutura das explorações agrícolas em Portugal nas últimas três décadas (1950-80) e efeitos previsíveis da adesão à CEE”, in: *Economia e Socialismo*, nº 61, Lisboa.

Laurent, Claude (2000), “Activité agricole, multifonctionnalité et pluriactivité”, in: Svy, H., Manchon, O. e Racapé, J. (éds), *Produire, entretenir et accueillir: la multifonctionnalité de l’agriculture et le contrat territorial d’exploitation*, , GREP, Paris.

Lima, Aida Valadas de (1990), “Agricultura de pluriactividade e integração social”, in: *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 8, Lisboa.

Lima, Aida Valadas de (1991), “Velhos e novos agricultores em Portugal”, in: *Análise Social*, Vol. XXVI, nº 111, Lisboa.

Lima, Aida Valadas de e Zuber, Inês (2005), “A Agricultura a Tempo Parcial em Portugal: Uma Aproximação à sua Quantificação entre 1989 e 1999”, in: Barros, Vítor Coelho e José Brito Ramos, *Evolução da Família Agrícola*, Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, Oeiras.

Patrício, Teresa e Lima, Aida Valadas de (2002), “The Agri-environmental Measures Confront Traditional Agriculture in Portugal”, in: Bruckmeier, Karl e Wiking Ehlert (eds.) *The Agri-Environmental Policy of the European Union. The Implementation of the Agri-environmental Measures within the Common Agricultural Policy in France, Germany and Portugal*, Peter Lang, Frankfurt am Main.